


# Sem disposição para votar

## Percepção negativa da relação entre ética e política se traduz numa participação eleitoral frágil na faixa etária de 16 e 17 anos

Aluno do 9º ano fundamental na Escola Municipal Cócio Barcellos, em Copacabana, Henrique Santos tem 14 anos. Junto com os pais analfabetos, ele reside na comunidade Pavão-Pavãozinho, no Cantagalo, e não esconde o desinteresse pela política. “Os políticos aparecem por lá e fazem promessas que não cumprem. Acabam se aproveitando da comunidade”, testemunha. “Não gosto de política, há muito roubo e corrupção”, concorda Antônio Victor, 15 anos, que frequenta o 8º ano na mesma escola. “As pessoas perdem o interesse, não acreditam mais”, aposta.

O desabafo de Henrique e Antônio Victor ilustra uma preocupante estatística. Publicada em março deste ano pelo Datafolha, a pesquisa patrocinada pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), mostra que 90% dos jovens brasileiros de 14 a 24 anos avaliam a sociedade como “pouco ou nada ética”. Apenas 4% dos jovens consideraram viver num país “muito ético”, ainda de acordo com a pesquisa, que está disponível no site da instituição (www.eticaparajovens.com.br).

O próprio Antônio Victor, porém, propõe uma fórmula. “Mas tem jeito, temos que pensar bem em quem votar”, diz o estudante, numa referência indireta a escândalos recentes envolvendo empresários, políticos e servidores públicos de alto escalão. Essa desconfiança em relação à postura ética dos representantes políticos ameaça fragilizar números historicamente tímidos no Rio de Janeiro, como a participação eleitoral de jovens na faixa etária de 16 e 17 anos.

Para se ter uma ideia, embora o eleitorado fluminense total tenha atingido em julho a marca de 12.276.344 inscritos, há somente 68.888 eleitores alistados com 16 e 17 anos, idades em que se tornar eleitor é facultativo. O número corresponde a 0,56% do universo de eleitores no estado. As estatísticas são ainda mais duras quando comparadas aos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Pelos dados da PNAD de 2015, a última amostra divulgada, os 63.887 jovens com 16 e 17 anos inscritos como eleitores no Rio de Janeiro representavam 8% dos cerca de 792 mil adolescentes dessa idade no estado. Naquele ano, os jovens aptos a votar representavam 0,52% do total de 12.159.533 eleitores fluminenses, número modesto diante dos 6,5% que poderiam atingir, caso todos os adolescentes naquela idade tivessem se alistado como eleitor.


Antônio Victor engrossa as estatísticas de desalento com a política

Também a PNAD de 2013 revela os números da apatia política jovem. Dos 855.030 adolescentes na faixa etária entre 16 e 17 anos, pouco mais de 10% (87.142) estavam alistados como eleitores no Rio de Janeiro. O número corresponde a 0,7% dos 12.012.454 eleitores estavam inscritos no estado, dez vezes menor que os possíveis 7,1% do eleitorado, montante que atingiria se todos os 855.030 jovens encarassem o exercício do voto como um direito ao qual ninguém deve abrir mão.

## Eleitores do futuro

O combate a fraudes eleitorais e a relação entre ética e política têm marcado a trajetória histórica da Justiça Eleitoral, que, desde 2004, decidiu investir também em projetos direcionados a jovens de 11 a 17 anos. No Rio de Janeiro, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) mantém regularmente pelo menos dois desses projetos socioeducativos, que buscam estimular a participação política e promover a consciência em relação aos direitos e deveres dos cidadãos, o Eleitor do Futuro e o TRE Vai à Escola.

No período entre 2010 e o final deste ano, os programas terão alcançado cerca de 7 mil alunos das redes pública e particular dos ensinos fundamental e médio. Remodelado em 2010, o Eleitor do Futuro passou a simular eleições nas escolas fundamentais, com o protagonismo dos alunos e a supervisão dos professores. Os estudantes organizam as eleições, dividem-se para atuar como mesários, formam partidos e redigem o programa político, que defendem numa campanha eleitoral com regras similares ao do atual sistema político do país.

A direção da escola e os professores são ainda orientados a aproveitar — sempre que isso for viável — o programa e as promessas de campanha dos partidos e alunos-candidatos que saem vencedores na disputa eleitoral. Criado em 2011, o outro projeto, o TRE Vai à Escola, é direcionado a alunos do ensino médio, que participam de uma palestra com juízes eleitorais sobre voto e cidadania, sempre sob o viés da participação político-eleitoral como ação essencial à democracia e à comunidade.

## Entre o passado e o futuro

A Escola Municipal Cócio Barcellos, em Copacabana, é uma das inscritas neste ano para desenvolver com os alunos o projeto Eleitor do Futuro. Nela, estudam os adolescentes Henrique e Antônio

Victor, além dos colegas Cleiton dos Santos, 15 anos, Igor William, 13 anos, Izabella Alvim e Nicolas Camargo, ambos com 12 anos. Todos estiveram na palestra sobre cidadania e eleição, uma das etapas do projeto. Mas, em vez da usual presença de um servidor do TRE-RJ, o encontro teve como palestrante a própria presidente do TRE-RJ, desembargadora Jacqueline Montenegro.

Ex-aluna da escola, onde permaneceu dos oito aos 14 anos, a desembargadora ainda mantém laços afetivos com colegas e professores. “Eles foram importantes na formação dos meus valores éticos”, revelou. Sem esconder a emoção, ela compareceu ao auditório do SESC Copacabana para as palestras, pela manhã e à tarde, aos cerca de trezentos estudantes, divididos em dois grupos.

A desembargadora Jacqueline Montenegro fez então um testemunho sobre como a mistura da dedicação aos estudos, sempre realizados na rede pública de ensino, com empenho, foco, disciplina e outros traços da personalidade que a fizeram superar dificuldades pessoais e a trilhar o caminho que a levou à magistratura e a ocupar cargos de projeção social, como o de presidente do TRE-RJ.

“Vocês podem partir de onde for e alcançar os seus sonhos também. Basta que a gente faça a nossa parte”, dizia a hoje desembargadora, que chegou a cursar um ano de Jornalismo, antes de optar pelo Direito. “Queria fazer concurso público, porque assim não dependeria apenas de mim mesma na minha carreira profissional”, explicou. “Enquanto alguns iam à praia, eu estudava”, brincou a desembargadora, que aproveitava o interesse e as perguntas dos alunos para fazer relações entre o esforço pessoal e as condições sociais políticas que podem abrir oportunidades.


Izabella Alvim achou o exemplo de vida da presidente “motivante”

“O estudo pode transformar a nossa vida. Mas o que transforma a sociedade é o voto”, ensinou a desembargadora Jacqueline Montenegro. “Se a gente vota com ética e consciência, pode construir um país com democracia e igualdade de oportunidades, o que vai ajudar nossas conquistas sociais”, argumentou. Ela relembrou antigos colegas da escola que também alcançaram conquistas profissionais. “Hoje são professores, diretores de empresas, produtores culturais. Enfim, o que importa é que realizaram sonhos apenas com dedicação ao estudo e esforço pessoal”, elogiou.

## Para mudar a vida

“Achei incrível”, derreteu-se Igor William, que mora na comunidade Pavão-pavãozinho e agora quer ser advogado. Aluno do 8º ano fundamental, ele considerou “motivante” a palestra. “Ela conseguiu, a gente também consegue”, diz o garoto, numa referência à trajetória de vida narrada pela palestrante ilustre. Igor está engajado no projeto como candidato pelo partido “Esporte e Lazer”, por um motivo que tem a ver com o dia a dia dele. “Escolhi esse partido porque acredito que o esporte pode tirar as pessoas do tráfico”, justifica.

“O projeto me ajudou a conhecer mais sobre a política e a dar opinião sobre problemas da sociedade”, acredita Cleiton dos Santos, que reside com o pai na comunidade Fallet, no Rio Comprido. Aluno do 9º ano fundamental, ele agora planeja ser “advogado ou defensor público”. Cleiton optou pelo partido “Vida e Saúde” e diz ter mudado a impressão que tinha sobre a política. “Vi que ela é importante

na minha educação, saúde, segurança, enfim, no meu futuro", garante.

"Muito legal ver como funcionam a política e os partidos", diz Izabella Alvim, que frequenta o 7º ano do fundamental. "O projeto me ajudou a enxergar a relação da política com os meus direitos", argumenta ela. Moradora da comunidade do Tabajara, ela também escolheu militar no "Vida e Saúde" e afirma ter "gostado muito da palestra com a presidente do TRE-RJ. "O exemplo de vida dela é construtivo. É bom ver alguém que conseguiu", sonha a menina, que mora com a mãe.

"Aprendo política pelos jornais", revela Nicolas Camargo, que reside no Pavão-pavãozinho. Ele está no 6º ano fundamental e diz que o pai vê nele uma vocação para a política. "Ele sempre diz que eu seria um bom prefeito, mas não corrupto", adverte. Nicolas é um exemplo de como a associação entre ética e política pode influenciar a nova geração. "Nossos políticos foram ruins e sem palavra. Eles roubaram nosso dinheiro", diz o menino. "Mas não dá para desistir da política. Se desistir, não teremos nossos direitos", avalia o jovem.

## Parceria fundamental

Depoimentos maduros de estudantes tão jovens não podem ser atribuídos somente ao Programa Eleitor do Futuro. "Faz toda a diferença quando a escola e os professores se envolvem e levam o debate para a sala de aula", explica Rita Carvalho, assessora da Presidência do TRE-RJ e uma das responsáveis pelo desenvolvimento do projeto. "Esse é o caso da Cócio Barcellos", elogia a assessora. "O caminho para estimular a consciência política e cidadã passa necessariamente pela parceria com as escolas", argumenta Rita Carvalho, que também é pedagoga.

Esse envolvimento da escola Cócio Barcellos no desenvolvimento do projeto Eleitor do Futuro pode ser medido por um cuidado revelado pelo coordenador pedagógico Sérgio Henrique Andrade. "Todos os partidos tiveram que tratar dos cinco direitos", explica. "Queríamos deixar claro aos alunos que os direitos são de todos os cidadãos. O que muda é a forma que esse direito pode ser proposto pelos partidos", enfatiza.

## Escola com partidos

| Partido | Sigla | Tema sugerido |
|---|---|---|
| Partido Vida e Saúde | PVS | Drogas na Adolescência |
| Partido Liberdade | PIRD | Sexo na Adolescência e Exploração Sexual Infantil |
| Partido Esporte, Lazer e Integração da Comunidade | PELICE | A Importância do Esporte como Fator de Inclusão Social |
| Partido Segurança Pública | PSPCV | Violência Doméstica |
| Partido Educação | PEPC | Trabalho Infantil |

**Lista fechada:** Escolas formam até cinco partidos e recebem sugestões para programa eleitoral

Na eleição simulada nas escolas, as regras do Programa Eleitor do Futuro tem pelo menos uma distinção relevante em relação ao sistema eleitoral brasileiro. Trata-se da votação proporcional com lista fechada. Os alunos-eleitores votam somente em partidos e no direito social que eles representam. As escolas podem constituir até cinco partidos (ver tabela).

A urna eletrônica comporta até 500 eleitores. Todos os alunos participam da campanha eleitoral, que inclui debates públicos na escola, onde os candidatos de cada partido defendem as propostas e assumem compromissos de campanha. São eleitos os estudantes que compõem a chapa do partido mais votado. A gestão da escola é ainda orientada a adotar as promessas de campanha, construídas sob a supervisão dos professores.

# A presidente é pop



**Coaching, só que não**: palestra elevou autoestima de estudantes, que se identificaram com a desembargadora

Cercada pelo carinho dos alunos, a desembargadora Jacqueline Montenegro encerrou as palestras abraçada aos estudantes, que disputavam um lugar para tirar selfies com ela. Durante os encontros, ela procurou se aproximar dos jovens e estimular a participação. “Não vou ficar aqui falando, que é muito chato. Vamos, pergunta aí”, dizia a presidente do TRE-RJ, enquanto entregava o microfone aos jovens sentados no auditório, que tinha o formato de teatro de arena.

A postura irreverente da desembargadora estimulou um número incomum de perguntas, quando comparado à participação habitual dos jovens em eventos educativos do TRE-RJ. Aos poucos, a curiosidade sobre a vida pessoal da ex-aluna do Cócio Barcellos deu lugar a indagações sobre como a presidente do TRE-RJ avaliava o sistema eleitoral e os comportamento dos políticos. “Se um vereador promete durante a campanha algo que está fora da competência dele, devemos ficar atentos”, disse a desembargadora, sobre a importância de se conhecer as atribuições de cada cargo eletivo.

Ela também incentivou os estudantes a fiscalizar futuros candidatos e a manter a vigilância, quando os políticos são eleitos. “Temos que acompanhar, ver se eles vão cumprir as promessas”, orientou. A desembargadora também falou sobre

candidatos que exploram a fragilidade social da população para comprar votos com favores, como nos casos da filantropia eleitoreira dos centros sociais. “Já houve candidato flagrado pela fiscalização do TRE-RJ que trocava voto por caixão de criança”, indignou-se.

As crianças também foram estimuladas a ajudar pais e familiares a fazer escolhas políticas. “Não se alienem, a geração de vocês vai fazer a diferença”, disse. “Tudo o que podemos alcançar na vida pode ser facilitado pela política, agindo como cidadãos. Mas a gente precisa ser ético. São os nossos valores éticos que nos mantêm”, argumentou. Para a desembargadora, a participação política é o remédio contra a falta de compromisso dos candidatos. “O bom cidadão não esquece em quem votou e cobra do político mesmo depois que ele é eleito”, alertou.

# Ética é a novidade no Ensino Médio

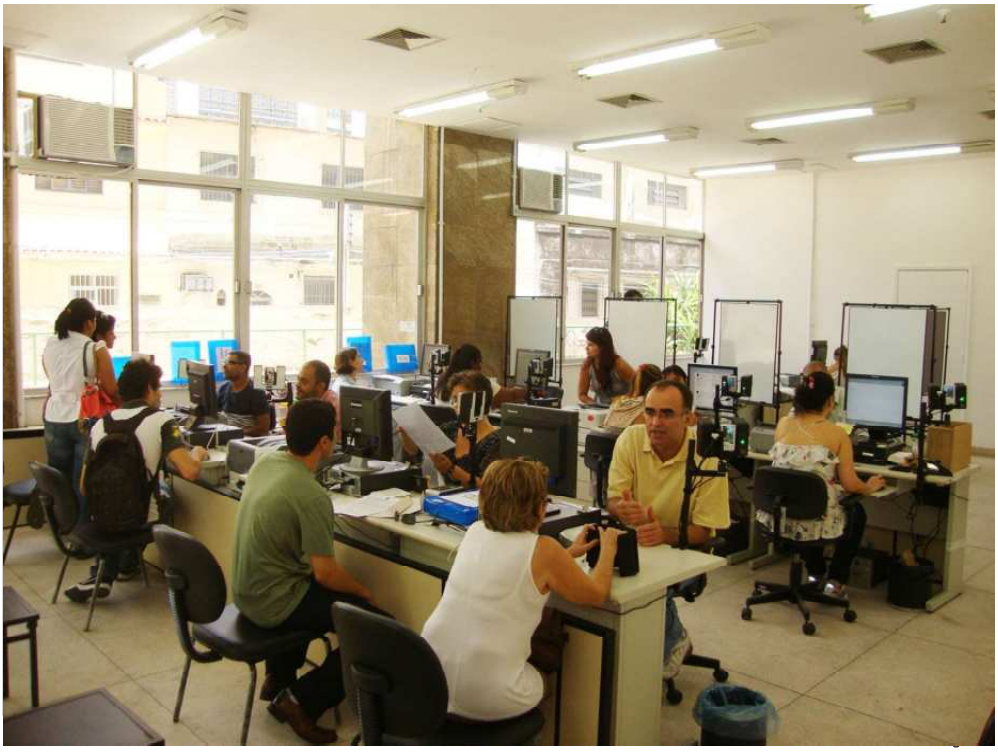



Uma novidade vai acompanhar as palestras previstas em escolas públicas a serem realizadas até setembro deste ano, pelos projetos da EJE. Em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) vai lançar o primeiro fascículo de uma cartilha que busca o debate sobre comportamento pessoal, ética e política. O título do fascículo é “Bonde da Ética”, que será distribuído gratuitamente nas escolas.

Além de ética, os quatro fascículos procuram tornar palatáveis aos estudantes outros conceitos da sociologia: Política, Estado e Estado brasileiro. As cartilhas buscam ambientar nas escolas públicas e particulares situações concretas, criadas para estimular a reflexão. Há também orientação para pesquisa e debate, com a ajuda do professor, e entretenimento, com jogos sobre os temas e situações tratados na cartilha.

# TRE-RJ acelera planejamento das eleições

Com início do PIE 2018, tribunal mapeia prováveis obstáculos a superar



A um ano de comparecerem às urnas, os mais de 12 milhões de eleitores fluminenses podem até imaginar que as eleições gerais de 2018 estão distantes. Mas, para o TRE-RJ, o tempo da organização do pleito teve o ritmo acelerado desde o dia 7 de agosto, quando a presidente do Tribunal, desembargadora Jacqueline Montenegro, reuniu-se com os servidores que vão elaborar o Planto Integrado das Eleições (PIE). O documento busca agrupar as principais rotinas, habilidades, técnicas e conhecimentos desenvolvidos pelo TRE-RJ ao longo da quase centenária atribuição de promover eleições no Rio de Janeiro.

No encontro, uma preocupada presidente Jacqueline Montenegro antecipou prováveis desafios, como os impactos da reforma política em andamento no Congresso. “Não sabemos o alcance dessas mudanças nas próximas eleições. Teremos voto com lista fechada? Haverá voto impresso? Nada disso sabemos ainda”, disse

a desembargadora a uma plateia formada pelos 45 servidores da sede e das zonas eleitorais, designados para a tarefa pela Portaria GP n.º 17/2017, publicada no diário oficial do dia 1º de agosto. Esses servidores estarão distribuídos por oito grupos temáticos de trabalho (GTTs).

Apontado como o provável comandante das eleições no ano vem, o vice-presidente e corregedor, desembargador Fonseca Passos, também esteve presente ao encontro. “Estou aqui para aprender”, afirmou. Ele deve suceder a desembargadora Jacqueline Montenegro na Presidência a partir de dezembro deste ano. “Entre minhas maiores preocupações para as eleições do ano que vem estão atividades eleitorais ilícitas, realizadas por grupos criminosos, pelos centros sociais e por certas entidades religiosas”, manifestou o desembargador.

## Objetivo estratégico

A partir deste ano, o PIE vai ficar diretamente associado ao objetivo estratégico de Fortalecer a Segurança e a Transparência do Processo Eleitoral. “Esse é o maior diferencial, porque é a primeira vez que isso vai ocorrer”, enfatiza a diretora-geral, Adriana Brandão, responsável por organizar o plano de trabalho dos encontros do PIE neste ano. Entre outras tarefas da preparação, coube à Diretoria-Geral (DG) compilar e analisar as propostas de melhorias sugeridas na avaliação das eleições passadas.

O processo foi iniciado por uma equipe de trabalho específica, criada pela Portaria DG 04/17, de 19 de abril, e coordenada por Fabio Galerani Rodrigues Alves, da Assessoria Administrativa da DG. “Os GTTs contam ainda o PIE de 2015, como base para o trabalho, e a experiência prática de tê-lo aplicado nas eleições 2016”, diz Galerani. Os temas a serem debatidos pelos grupos são: “Fiscalizar a Propaganda Eleitoral e Processar Representações e Reclamações”, “Registrar Candidatos, Totalizar Votos, Proclamar e Diplomar Eleitos”, “Processar Prestações de Contas de Campanha”, “Preparar Mesas, Captar e Transmitir Votos”, “Preparar Urnas, Contratar e Firmar Parcerias”, “Captar e Alocar Pessoas” e “Avaliar Eleições”.

Entre outros desafios e restrições submetidas aos GTTs, há o corte orçamentário de R$ 13 milhões, pouco menos de um terço do orçamento previsto para as eleições do ano que vem, antes em torno de R$ 40 milhões. Mesmo assim, a desembargadora Jacqueline Montenegro demonstra otimismo com o planejamento. “Eu saúdo a evolução que vejo aqui, essa estrutura que vem sendo criada e que vai permitir que os acertos das outras eleições sejam aproveitados no próximo ano”, elogiou a presidente.

## Cadeia de valor

Esta é a quarta vez que o TRE-RJ elabora o PIE de uma eleição, processo iniciado em 2012 e que vem sendo constantemente aprimorado. “Em 2016, houve um avanço, porque os temas tratados pelos grupos temáticos foram adequados à cadeia de valores definida pelo planejamento estratégico do TRE-RJ”, explica Fabio Galerani. Nas eleições 2012 e 2014, o PIE funcionou com 11 GTTs. A partir de 2016, eles ficaram reduzidos a oito, com aglutinação de temas. “Processos correlatos eram tratados por grupos diferentes”, esclarece Galerani.

“A cadeia de valores ajudou o PIE a ficar mais conciso e eficiente, o que nos levou a manter os grupos neste ano”, diz o servidor. “Sem muita pormenorização e detalhamentos desnecessários de datas e tarefas, o PIE fica mais operacional”, explica. Galerani defende ainda uma outra alteração significativa. “Desde que o PIE foi instituído, as zonas eleitorais não participaram como unidades exe-

cutoras. Somente as unidades da sede alimentam o sistema. Tentaremos que as ZEs deixem de ser contemplativas", anuncia.

Entusiasta do protagonismo das zonas eleitorais no PIE, Galerani ressalva, porém, duas dificuldades. A primeira, é a adequação do sistema, que não oferece muita flexibilidade. "As zonas eleitorais formam um conjunto muito grande de unidades e, a princípio, a ferramenta não suporta que todas o alimentem com as múltiplas atividades e datas", calcula. O segundo problema é a forma de monitorar os lançamentos sob responsabilidade das ZEs. "Não é tarefa simples, porque elas executam atividades que dizem respeito a quase todas as unidades do tribunal", alerta.

## Avanços no papel desempenhado pelas ZEs

"Nossa intenção sempre foi inserir as zonas eleitorais também como unidades executoras, mas não há certeza de conseguir isso em 2018", resume Galerani. Desde 2016, servidores das ZEs participam da elaboração do PIE e estão representadas nos GTTs atuais, o que já foi um pequeno avanço. Galerani espera que a proposta seja mais um passo na ampliação do papel das ZEs no PIE. "Tudo ficará registrado para as Eleições 2018, o que é importante. As zonas eleitorais são unidades que realizam a atividade fim. Não há sentido, portanto, em deixá-las de fora da execução, esse é o debate que quero promover", reafirma.

Outro obstáculo que os GTTs deste ano vão precisar superar é a limitação de referências sobre eleições gerais. No período entre 2012 e 2016, houve eleições gerais (presidente, governador, senador, deputados federal, estadual e distrital) apenas em 2014. "A questão é que justamente o PIE daquele ano teve uma etapa suprimida, a de Avaliação das Eleições", lamenta Galerani.

Basicamente, a "Avaliação das Eleições" ocorre num período posterior ao pleito, num evento programado para que os demais GTTs apresentem experiências positivas da eleição e avaliem os erros, lacunas e acertos da execução do PIE. A decisão tomada em 2014, de não promover o encontro, afetou o planejamento das eleições seguintes, de 2016. Por acaso, tratou-se de uma das eleições mais complexas que o TRE-RJ realizou, pela coincidência do calendário eleitoral com as Olimpíadas e Paralimpíadas.

## Valorizando todas as etapas

À época, o então vice-presidente do tribunal, desembargador Jayme Boente, assumiu a elaboração do PIE, ao lado da atual diretora-geral, Adriana Brandão, que se encontrava lotada na Vice-Presidência. Diante de questões logísticas complicadas, devido aos megaeventos daquele ano, o desembargador Jayme Boente tomou a frente do processo e montou uma equipe com os próprios assessores e outros servidores da sua confiança (vide Box).

As dificuldades enfrentadas há dois anos deixaram como lição a importância de valorizar todas as etapas do processo. "A intenção do PIE é sempre se conectar com a Avaliação das Eleições", argumenta Galerani. "Então a gente fez questão de manter no PIE um grupo temático que vai tratar das avaliações das eleições, para que, lá na frente, ela seja feita sem sobressaltos", prevê. Além de ser encaminhado aos GTTs do PIE, o resultado das reuniões de avaliação são analisados pela Assessoria de Planejamento (Asplan-DG), para a composição de indicadores do Plano Estratégico institucional.

A reunião geral com os GTTs do PIE está marcada para os dias 13 e 14 de setembro. Por isso,

os grupos têm até o dia 6 de setembro para alimentar o sistema do PIE com os ajustes nas ações e datas das eleições de 2018. Neste ano, porém, outras novidades afetam a organização das eleições. "Teremos a implementação do processo judicial eletrônico e as modificações provocadas pelo rezoneamento determinado pelo TSE", adverte Galerani. "Diversas variáveis intervêm no plano integrado e os grupos temáticos vão aprofundar cada tema", argumenta.

MEMÓRIA

# O homem público certo, na hora e lugar certos



O cenário das eleições municipais de 2016 era atípico e preocupante. O Rio de Janeiro estava numa eufórica contagem regressiva para a realização dos mais importantes jogos esportivos do planeta, as Olimpíadas e as Paralimpíadas. Havia obras por toda a cidade e a expectativa de que milhões de turistas e um grande aparato de segurança seriam mobilizados para os megaeventos. Mas o problema maior era o calendário dos eventos, que se encerrava a somente 12 dias da eleição. Coube ao acaso, porém, que a liderança das eleições no Rio ficasse nas mãos hábeis de um magistrado que já possuía uma forte ligação com o TRE-RJ.

Ao assumir a Presidência do Tribunal, em dezembro de 2015, o desembargador Antônio Jayme Boente já havia construído uma sólida trajetória no TRE-RJ. Vinte anos antes, em 1994, o então corregedor regional eleitoral, juiz Paulo César Salomão, o havia convocado a integrar um "grupo de apuração das fraudes eleitorais", criado após a prisão em flagrante da "Grega", mulher que liderava uma quadrilha especializada em corrupção eleitoral. Formado também pelos magistrados Marco Aurélio Bellizze, Celso Sardinha, Fernando Cabral e Marcos Basílio, o grupo elaborou o relatório que levou à anulação das eleições proporcionais daquele ano.

"Desde então, fiquei direto na sede do Tribunal, como juiz auxiliar da Corregedoria, depois coordenador da fiscalização. Saí apenas em 2006, quando conclui meu mandato como corregedor eleitoral", relembra o desembargador, que retomaria a relação com a Corte em março de 2015, primeiro como vice-presidente e, em seguida, presidente. "Eram os últimos degraus

que me faltavam. Na minha posse na Presidência o ministro Dias Toffoli ficou surpreso porque eu conhecia os servidores pelos nomes", diverte-se o desembargador, que, por várias vezes, fez declarações públicas de amor ao Tribunal durante as sessões plenárias.

## Corrida contra o tempo

Ainda como vice-presidente do Tribunal, ao longo de 2015, o desembargador Boente já havia dimensionado os problemas que poderia enfrentar, caso viesse a ascender à Presidência, o que efetivamente ocorreu em dezembro daquele ano. Ele iniciou uma série de medidas para identificar os gargalos na logística do pleito e antecipar soluções. "Eleições municipais já são acirradas. As circunstâncias das eleições de 2016 me pareciam torná-las um barril de pólvora, pela realização dos jogos olímpicos e paralímpicos", justifica.

O primeiro passo foi montar uma equipe, com nomes que viriam a integrar o alto escalão da futura gestão, como Adriana Brandão, André Santanna, Flávio Celano, Janete Queiroz, Patrícia Granville e Sônia Cristina de Souza. "Procurei me cercar de pessoas que poderiam me ajudar a conduzir as eleições de 2016, que eu considerava uma das mais difíceis da história", diz. "Desse grupo veio a orientação de que nós nos reuníssemos com o nosso maior patrimônio, que são os nossos servidores", explica.

## O PIE que uniu o TRE-RJ

Foi idealizado então o primeiro encontro do Plano Integrado das Eleições, realizado em meados de agosto de 2015. "Os Correios gentilmente nos cederam dois andares, onde colocamos mais de oitenta servidores dos diversos grupos temáticos", recorda. "Nossa ideia era que tudo ocorresse de forma antecipada, pois os megaeventos deixariam um tempo exíguo para que as eleições fossem montadas, além de criar embaraços no deslocamento de pessoas, das urnas, na verificação de locais", argumenta o desembargador.

Para o desembargador, o êxito das eleições dependeria da capacidade de o Tribunal antecipar o trabalho de preparação das eleições. "O servidor precisava entender isso, porque era ele o verdadeiro executor de toda a tarefa da eleição", afirma Boente, que costuma ilustrar o ponto de vista com imagens didáticas. "Já que iríamos enfrentar uma tormenta, nada melhor que todos os tripulantes do navio estivessem alertados sobre os problemas, para atravessarmos juntos aquele mar revolto", filosofa.

O PIE 2015 teve outra consequência não premeditada pelo desembargador Boente. Ele viu o evento aproximar os servidores. "Tive a surpresa de perceber que os encontros serviram também para agregar e mostrar que não existe distância entre a sede e a zona eleitoral", revela. O diagnóstico dele é de que a zona eleitoral "é a parte mais importante do Tribunal", mas depende do apoio da sede. "As ZEs são a nossa linha de frente, onde os problemas têm que ser resolvidos", explica. "Entretanto, a sede garante os meios para a execução. Essa ligação tem que ser muito forte e o PIE 2015 serviu para mostrar isso", alegra-se.

## Visitas ao interior

O clima positivo e de colaboração detectado nos encontros, que contou com a presença de muitos servidores de zona eleitoral, estimulou o desembargador a tomar a inédita medida de se reunir com os servidores das zonas eleitorais "nos seus locais de trabalho", como ele gosta de enfatizar. Trata-se da primeira vez que um presidente do TRE-RJ cumpriu uma agenda de visitas ao interior para motivar os servidores e ouví-los sobre problemas que poderiam afetar a organização das eleições. "O carinho que tenho pelo tribunal também me fez ir às zonas eleitorais", diz o desembargador Boente, que se propôs a restituir a autoestima dos servidores.

"Deixei, em 2006, um tribunal eufórico. Quando retornei em 2015, eu o encontrei esfacelado", analisa Boente. "Eu acreditava reunir condições de levantar a moral dos servidores, o que me fez ir ao interior", confessa ele, que fez mais de quinze reuniões em regiões do estado. "Nos apresentamos a todos os servidores das zonas eleitorais e dissemos qual a nossa intenção de trabalho", relembra. Boente até atribuiu um aspecto missionário às viagens. "Precisava dizer que as coisas haviam mudado e mostrar a minha cara. Queria dizer, presencialmente, o que eu ia fazer. E as minhas promessas, creio, as realizei todas", orgulha-se.

## Uma questão de segurança

A antecipação dos processos licitatórios e convênios para as eleições foram algumas das medidas orientadas pelo PIE 2015. Entretanto, teve ainda a virtude de permitir o diálogo com instituições cujo foco estava apenas nos megaeventos internacionais. "Nem a segurança pública havia se dado conta que os jogos acabariam apenas a 12 dias das eleições", surpreende-se Boente. "Fui inclusive a Brasília, para alertar os ministros que o plano de desmobilização das forças de segurança aconteceria logo após os jogos paralímpicos, deixando todo o Grande Rio vulnerável", recorda.

Foram vários encontros em Brasília e no Rio de Janeiro, numa série de negociações que trouxeram ao Rio de Janeiro o então recém-nomeado presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Gilmar Mendes. Na ocasião, o desembargador Antônio Boente reuniu-se ainda com o ministro da justiça, os chefes militares e representantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. "Isso só ocorreu porque nosso trabalho de sinalização para o esquecimento sobre as eleições teve frutos", argumenta.

"Tudo isso foi uma preocupação muito grande, que procuramos passar aos servidores, às autoridades e também aos políticos, que nos ajudaram muito", resume o desembargador Boente, numa alusão ao manifesto assinado por deputados fluminenses, em apoio à segurança nas eleições no Rio. "Sempre faço essa homenagem à bancada federal do Rio de Janeiro no Congresso, na figura do seu coordenador, o deputado Hugo Leal. Todos colaboraram quando o TRE-RJ precisou", reconhece o desembargador. "Isso fez com que as atenções voltassem para nós, pois todos só pensavam nos jogos", conclui.